

Modos absolutos e relativos de julgar em Xenofonte e Varrão – Elementos de uma gramática cultural comparada

RESUMO: Com base em um estudo detalhado de Varrão, *De re rustica* 1,23, e Xenofonte, *Oeconomicus* 16, o objetivo deste artigo é identificar alguns padrões típicos que poderiam ser úteis para uma análise comparada de certos modos de pensar de *longue durée* romanos em oposição aos gregos. Em foco estão especialmente os modos de julgar (neste caso, a qualidade de um terreno), que tendem a ser absolutos em Xenofonte e relativos em Varrão. Duma maneira comparável àquela que foi descrita pelo autor num trabalho anterior sobre Políbio e Lívio, manifestam-se diferenças estruturais específicas. Nos textos gregos, os juízos em geral se fazem num quadro predefinido teoricamente, enquanto que nos textos romanos os modos de pensar são mais flexíveis e mais abertos a desenvolvimentos imprevistos. Em termos linguísticos, isso se reflete nas maneiras de usar formas superlativas (nos textos gregos) e comparativas (nos romanos). Em termos de história social, estas diferenças podem ser interpretadas como indicadores de formas diversas da ética de trabalho.

Palavras-chave: Xenofonte, Varrão, agricultura, estudos comparativos culturais, ética de trabalho.

3

Absolute and relative modes of judgement in Xenophon and Varro. Some elements of a comparative cultural grammar

ABSTRACT: Starting from an in-detail case study of Varro, *De re rustica* 1,23 and Xenophon, *Oeconomicus* 16, the paper aims at identifying some patterns which might prove useful for a comparative analysis of basic Roman, as against Greek, *longue durée* ways of thinking. A special focus has been laid on the modes of judging (for the issue at hand, of assessing the quality of the soil of a piece of ground), which tend to be absolute in Xenophon and relative in Varro. In a manner comparable to what was described by the author in a paper on Polybius and Livy, certain structural differences emerge: In the Greek texts judgements are generally made within a theoretically predefined frame, as against the more flexible ways of thinking in the Roman texts which allow for unpredicted developments. In linguistic terms, this is reflected in the ways of using superlative and comparative forms, respectively; in terms of social history, these pattern differences may be indicative of different types of work ethics.

Modos absolutos e relativos de julgar em Xenofonte e Varrão – Elementos de uma gramática cultural comparada

Keywords: Xenophon, Varro, agriculture, comparative cultural studies, work ethics.

Introdução¹

No foco deste artigo estão as ideias de algo “pequeno” e algo “grande”. Mais precisamente, o objetivo será buscar o “grande” no “pequeno”. Antes de tudo, algumas palavras em relação às coisas “grandes”: a questão de “o que é tipicamente romano” e “o que é tipicamente grego” são padrões interpretativos com que tenho lidado no mínimo desde que li Políbio e Richard Heinze (1960). Refiro-me não tanto à representação de ideologemas presentes na consciência dos atores ou a momentos de autointerpretação coletiva, mas antes a figuras e fórmulas elementares culturais, elementos de um *habitus* comum, que não são questionados ou tematizados, simplesmente por serem vistos como premissas autoevidentes pelos autores. Suponho que esses elementos são visíveis também nos modos essenciais da argumentação e que consigam revelar-se ao longo da investigação nos detalhes linguísticos. Assim eles também são objetos de estudo da filologia, e o alvo da pesquisa aqui pode ser considerado uma espécie de gramática cultural.

Que um tal projeto contenha, do princípio ao fim, elementos especulativos, está na natureza das coisas; uma certa ênfase aguda na comparação tem como objetivo formar hipóteses acentuadas. Naturalmente, não pretendo propor uma reintrodução de conceitos de caráter duvidoso e obsoleto ou, então, generalizações sobre “os gregos” e “os romanos” como pessoas. Contudo, acredito que a temática da formação do *habitus* típico seja de enorme interesse. Imagino essas estruturas mentais e habituais como sendo bastante estáveis e considero que elas se encontrem, no sentido de Fernand Braudel e da escola das *Annales*, na escala de tempo da *longue durée*. O como e o porquê de terem surgido logo estas formações do *habitus* e não outras é uma questão demasiado grande para um filólogo responder. De qualquer forma trabalhamos todos na nossa prática de interpretação com as categorias abrangentes “grego” e “romano”, sem que isto tenha de desviar-se em obscuras ideias nacionais da cultura grega e romana. Por exemplo, os estudos da História Antiga sobre a política da república romana, sobre relações de aculturação ou sobre as maneiras agonais específicas e o processo de tomada de decisões dentro da aristocracia romana² não seriam imagináveis sem um plano subjacente de características determináveis e específicas da cultura, mesmo que os seus contornos não sejam sempre muito nítidos.

¹ Os meus agradecimentos calorosos vão a Ariana Mendes pela tradução e a Carol Martins da Rocha pela ajuda linguística inestimável. Queria expressar minha gratidão também aos avaliadores anônimos de *Rónai* pelas sugestões úteis, assim como aos que acompanharam minhas falas sobre o tema em Heidelberg, Frankfurt, Bologna, Juiz de Fora, Salvador da Bahia e Accra.

² P. ex. GRUEN, 1990; FLAIG, 1993; HÖLKESKAMP, 2010.

Para esclarecer do que trato, gostaria de recorrer brevemente a um estudo comparativo que realizei sobre dois historiadores, Políbio e Tito Lívio (RUMPF, 2006). Estava interessado nos modos de julgamento, a partir dos quais surgiu a seguinte oposição: em Políbio, as argumentações e os raciocínios se desenvolveram, tipicamente, num espaço do pensamento claramente definido desde o início, no qual os superlativos de cada qualidade negociada formaram uma base da argumentação. Assim se obteve um “raciocínio em sistema fechado”, um cosmo de validades absolutas, estendido entre os extremos; os superlativos pareciam, a quem falava e argumentava, ser quase como a coisa mais evidente. Nos textos de Tito Lívio, ao contrário, era característico um tipo de avaliação comparativa – seja em discursos, seja em passagens avaliativas do próprio historiador. Além disso, o padrão dos julgamentos era tipicamente formado não por extremos absolutos objetivamente existentes, mas sim marcado por um modo relativo de mostrar a superioridade.

Tentei demonstrar como isso aparece na apresentação que ambos os autores fazem da última tentativa de negociações entre os protagonistas Aníbal e Cipião, antes da batalha de Zama. Dentro das estratégias dos discursos dos dois protagonistas apareceram particularidades específicas de cada autor. Em Políbio (15,6-9), os dois se moviam num espaço relativamente fechado. Aníbal foi apresentado até certo ponto quase como um filósofo-historiador, não tanto situacional quanto *sub specie aeternitatis*. Ele efetivamente buscou, no âmbito de um modelo histórico por um lado teleológico, por outro lado cíclico, observar todas as possibilidades imagináveis e recorreu, numa situação para ele delicada, a ponderações de caráter geral. Aníbal remeteu seu adversário Cipião à deusa Tique, que um dia deixaria cair aquele que subiu, e afirmou que os romanos e os cartagineses deveriam ser, de uma vez por todas, declarados os dominadores mais apropriados da Europa e da África, que seriam os domínios mais “belos” para eles (κάλλισται δυναστεῖαι). Ao eliminar o fator tempo, Aníbal também tentou contrabalançar a situação anterior, na qual ele se encontrara pouco antes de ir a Roma, e a presente, na qual Cipião ameaça Cartago.

Uma forma de um pensar tão “absoluto” encontra-se também na resposta de Cipião em Políbio. Assim como Aníbal nunca lhe acedeu um passo construtivo, Cipião acabou por exigir do seu adversário inesperadamente a *deditio* formal, a capitulação incondicional (*Hist.* 15,8,14). Todas as ponderações anteriores relativas a uma solução negociada e a um contrato novo foram esquecidas de uma só vez. Além disso, foi possível observar que mesmo Políbio como historiador - igualmente como os oradores na história dele - observa a história posicionando-se fora dela, como se ela fosse um espaço fechado, no qual o máximo e o extremo se deixam designar. Assim ele também designa a ascensão de Roma à superpotência, caracteristicamente com dois superlativos – τὸ

κάλλιστον ἄμα κώφελιμώτατον ἐπιτήδευμα τῆς τύχης (“a mais bela e mais instrutiva obra da Sorte”, *Hist.* 1,4,4; tradução de KURY, 1996) – e assim formula uma sentença absoluta e atemporal.

Lívio (*Ab urbe condita* 30, 30-31), em contrapartida, fez com que os dois generais dirigissem os olhares mais a aspectos específicos da situação em vez de se concentrarem num tal sistema de referências absolutas. Aníbal parece conseqüentemente mais confiante e não se apresenta como um mero fantoche da Tique: Ele foi, sem dúvida – assim diz ele mesmo na obra de Lívio –, um adversário excelente e não pediria a paz, se isso não lhe fosse útil (*Ab urbe condita* 30,29). Eu tentei defender que havia em Lívio uma maior abertura para possibilidades inesperadas ou imprevisíveis, o que se pode entender como características de um pensar comparativo ou pelo menos de um pensar que não tem a tendência de se valer de superlativos insuperáveis.

Os padrões que descrevi aqui brevemente seriam padrões básicos. Assim, pretendo continuar minha análise discutindo se é possível estender esses padrões a algo específico do pensar e da argumentação “grega” e “romana”. Essas categorias são sem dúvida interminavelmente problemáticas. Mas uma vez mais: quando me refiro a “tipicamente romano”, não me refiro, pateticamente, a um “espírito do Povo”, à “natureza inata do romano” ou a coisas semelhantes. Refiro-me à elaboração de categorias usadas na prática, ou ainda, a hipóteses sobre esquemas operativos fundamentais do pensar, que se formaram em sociedades. Além disso, me pergunto se a filologia pode contribuir para a formulação de tais hipóteses. Fernand Braudel, como um dos representantes mais importantes da escola *Annales*, descreve o poder de tais estruturas de longa duração com termos que indicam sua tenacidade, mas também seus encargos e sua penosidade: ele chama-lhes “prisons de longue durée” (BRAUDEL, 1958, p. 731), “de vieilles habitudes de penser et d'agir, de cadres résistants, durs à mourir, parfois contre toute logique” (BRAUDEL, 1958, p. 733) e define a longa duração como “un personnage encombrant, compliqué, souvent inédit” (BRAUDEL, 1958, p. 733).

Neste texto gostaria de me basear até certo ponto no estudo comparativo prévio que fiz daqueles dois textos históricos. Gostaria ainda de prosseguir investigando as hipóteses já lá obtidas e de exemplificar as questões já discutidas, agora a partir de dois textos sobre problemas agrícolas. O trato com estes textos será determinado por uma abordagem caracterizada por uma ingenuidade artificial. O propósito é tratar também o conhecido e aparentemente óbvio, se possível, como algo “não evidente”, é tornar visível algo que não precisaria ser assim, e, por fim, é se aproximar dos modos de pensamento desde sempre pressupostos e dos padrões argumentativos elementares que escapam de uma paráfrase de texto sumária. O objetivo é, se possível, extrair o que é característico

diretamente a partir do “mínimo”, ou seja, da frase, da construção, da formulação e da palavra, para aproximar-se ao máximo das estruturas organizacionais mentais e lógicas subjacentes a esses elementos.

1. Análise dos textos

Os dois textos que serão examinados comparativamente são uma passagem do *De re rustica* de Varrão e uma do *Econômico* de Xenofonte. Ambos são diálogos sobre problemas da economia doméstica e da agricultura como parte dela. O erudito universal Marco Terêncio Varrão faz, no primeiro livro da sua obra tardia *De re rustica* (de 37-36 a. C., segundo, p. ex., Dieter Flach (1996, p. 7-15)), para além de outras pessoas, reunirem-se dois agrônomos respeitados, Gneu Tremélio Escrofa e Caio Licínio Estolão³. Xenofonte, no seu *Econômico*, apresenta Sócrates, que, mediante um diálogo (possivelmente concluído depois do ano 362⁴) com o *bon vivant* Critóbulo, reconta a conversa sobre problemas da economia doméstica e da agricultura como parte dela, que ele próprio tivera com Iscômaco, que aparece aí como um exemplar proprietário de terras. O verdadeiro tema, porém, é o saber e a formação da personagem do καλὸς κἀγαθός. Iscômaco, entre outras coisas, comprovou a Sócrates, que também este, o cidadão, no fundo, sempre soube tudo sobre a agricultura. Como a mais útil, mais respeitável, mais distinta, mas ao mesmo tempo também a mais fácil de se aprender das artes, ela aparece aqui como uma escola da virtude (*Oec.* 15,4)⁵. A estrutura peculiar do diálogo com Iscômaco inverte a forma típica do diálogo socrático: dessa vez, Sócrates é submetido ele mesmo ao seu próprio método, a prática da maiêutica em que é despertado um conhecimento – pelo menos teórico⁶ – sobre a agricultura antes nele dormente. Permito-me agora deixar de lado a discussão potencialmente interminável sobre a comparabilidade, e contento-me com o fato de que, por um lado, nos dois autores se encontram estas duas passagens bem comparáveis quanto ao conteúdo e, por outro lado, de que, além disso, Varrão certamente conhecia Xenofonte. Como base para a formulação de hipóteses ricas em conteúdo e para a proposição de modelos de comparação potencialmente produtivos, os textos serão, sem dúvida, suficientes. Nos dois textos que estão

³ Sobre a estrutura do livro primeiro e a organização do material, veja SKYDSGAARD, 1968. Para uma interpretação recente da obra no contexto do imperialismo romano, veja NELSESTUEN, 2015; sobre a importância de conhecimentos relacionados à agricultura na competição da aristocracia romana – e a problemática de os apresentar em forma escrita –, veja DOODY, 2017. Sobre as personagens e a estilização delas, veja KRONENBERG, 2009, p. 77-85; NELSESTUEN, 2011.

⁴ DELEBECQUE, 1951; datações mais cautas propõem POMEROY, 1994, p. 5-8; HOBDEN, 2017, p. 153.

⁵ VERNANT, 1988, p. 282; NATALI, 2001; DANZIG, 2003, p. ex. p. 61. Sobre o Sócrates do *Econômico* como representante das ideias político-morais de Xenofonte, veja PLÁCIDO, 2008.

⁶ Sobre o caráter quimérico do *Econômico* e a sua concepção didática, veja FÖLLINGER, 2006; sobre as tensões e contradições inerentes à construção do plano didático e do “Sócrates econômico”, veja DORION, 2008. O ironismo da obra inteira já foi discutido por STRAUSS, 1970.

sendo comparados, aborda-se a questão de o que deve ser cultivado numa específica propriedade de terra.

Começemos por Varrão:

(1) ... *Scrofa, Quoniam fructum, inquit, arbitror esse fundi eum, qui ex eo satus nascitur utilis ad aliquam rem, duo consideranda, quae et quo quidque loco maxime expediat serere. alia enim loca apposita sunt ad faenum, alia ad frumentum, alia ad uinum, alia ad oleum, sic ad pabulum quae pertinent, in quo est ocinum, farrago, uicia, medica, cytis[c]um, lupinum.* (2) *Neque in pingui terra omnia seruntur recte neque in macra nihil. rectius enim in tenuiore terra ea quae non multo indigent suco, ut cytisum et legumina praeter cicer ...* . (Var. R. 1,23,1-2; ed. GOETZ, 1912)

(1) ... Escrofa disse: “Como penso que a produção de uma propriedade é aquilo que brota dela pelo plantio e tem alguma utilidade, dois pontos devem ser observados: o que e onde é melhor cultivar cada item. Pois alguns locais são apropriados ao feno, outros aos cereais, outros às videiras, outros às oliveiras, e ainda há os que dizem respeito à pastagem, em que se incluem o trevo, a ferrã, a ervilhaca, a luzerna, o codesso e o tremoço. (2) Não é correto plantar tudo numa terra rica ou nada numa pobre. Pois é melhor plantar em terra mais pobre o que não necessita de muita seiva, como o codesso e os 'legumes', exceto o grão-de-bico.” (Tradução de TREVIZAM, 2012)

Segundo Escrofa, a diretriz de cada atividade agrícola é o uso (o adjetivo *utilis*) do produto (*fructum*) com um propósito (*ad aliquam rem; maxime expediat*). Logo no início é nomeado o espaço da observação, ou seja, aquele dentro do qual se realiza a observação, uma entidade singular, que se confronta com a entidade singular *fructus*, em relação à qual o “todo” foi pensado a princípio. O fruto (*fructus*) já “é”, nessa altura, semeado, e brota em seguida (portanto, não existe uma idéia de transformação), e até vem do *fundus*, segundo Escrofa, e não da terra. O pedaço de terra é visto a princípio completamente pelo que se deseja produzir – o fruto –, e não existe nenhuma relação de ansiedade ou de incerteza entre *serere* e *fructus*. Nesse ponto, o princípio já apresenta o propósito incontestável, e o que tem a ver com o processo não importa. Mais um termo abrangente é *res* como designação da utilidade, à qual o *fructus* tem de servir. Com a formulação *quoniam ... arbitror*, Escrofa entra por um momento na área da concepção pessoal, mas logo a seguir, *duo consideranda* nos leva de novo para a esfera de uma necessidade objetiva (ele não diz, por exemplo, *consideranda*

arbitror). Depois do “opinar”, segue-se imediatamente outra vez uma pressão objetiva. O objeto da necessidade designado agora é uma ponderação relacionada à situação, então um processo mental, de forma que o objetivo e o processo dentro do sujeito que reflete, estejam aqui de novo interligados, contudo no sentido inverso. O sujeito é agora desafiado, ou seja é obrigado a refletir. Ao mesmo tempo *duo* já determina a área que deve ser considerada como altamente estruturada e nítida. O *fundus* continua a ser o quadro de referência, dentro do qual agora têm de ser encontradas as atribuições certas, num processo dirigido pela categoria do “relativamente mais útil”. Em *De re rust.* 1,23,1, usa-se um superlativo na formulação *quae et quo quidque loco maxime expediat serere...*, e, com isso, faz-se uma afirmação potencialmente absoluta. Porém, essa afirmação – e com ela o superlativo – permanece em si relativa, visto que, com *quidque*, os superlativos estão sempre relacionados com uma certa planta ou com um determinado lugar, implicando sempre o olhar comparativo para o outro. A categoria principal continua a ser a utilidade (*expediat*), assim como é necessário localizar o local que traz a maior utilidade para cada semente. Com isso, pressupõe-se como evidente que o mesmo *fundus* dispõe de diferentes tipos de *loca*, ou seja, que ele é, então, polimórfico e estruturado, e que assim se deixam encontrar os lugares que são mais adequados para plantas diferentes. *Loca* não significa “solos” e não implica um interesse biológico ou qualitativo de pormenores, mas a escolha da palavra expressa uma visão em perspectiva e também um interesse pela ordenação geral do espaço. Posteriormente são denominadas não as plantas que crescem em diferentes lugares, mas os produtos deles resultantes (*faenum, vinum, oleum, pabulum*; só *frumentum* ocupa uma posição intermédia). Apenas a seguir especifica-se quais são as plantas que pertencem à categoria *pabulum*. Na sequência, é possível observar em primeiro lugar uma qualificação ascendente em relação à preciosidade e ao cultivo (feno – cereais – vinho – óleo). Uma posição excepcional tem a última expressão *ad pabulum quae pertinent*; nela as plantas forrageiras são designadas primeiro no plural, antes que a expressão *in quo* (relacionada com *pabulum*) volte a fazer referência a um singular. Esta expressão é formulada sem um foco claro, com *sic...* sem um predicado explícito (“o mesmo é válido para...”). Então as próprias plantas, em *quae pertinent*, tornam-se o sujeito⁷. Mais uma vez, no início há, com *pabulum*, um conceito geral no singular como referência, que garante a unidade da expressão. As plantas forrageiras, que a seguir são enumeradas individualmente, fazem todas juntas parte da categoria abrangente *pabulum*. Só depois de ser estabelecido, por assim dizer, o quadro institucional é que, em seguida, os diferentes tipos de terra serão relacionados tematicamente de forma

⁷ Uma relação de *quae* para *loca* está fora de questão; veja acima, TREVIZAM, 2012; FLACH, 1996: “und so steht es auch mit den Pflanzen, die zum Grünfutter gehören, worunter ... fallen”.

direta e serão qualificados por meio de adjetivos (*De re rust.* 1,23,2: *neque in pingui terra omnia seruntur recte neque in macra nihil*). A avaliação aqui feita por Escrofa é bastante reveladora: a classificação dos tipos de solo não varia meramente de uma terra “muito boa” a uma “muito má”; mas sim em cada tipo de terra cresce algo, e até mesmo na terra mais “gorda” (rica ou fértil) nem tudo cresce. Não se trata de uma competição de excelência. Além disso, a formulação não é “elitista”: o sentido é que mesmo a terra mais inferior é boa para algo (ao menos para plantas forrageiras), mas – como indica a construção *neque ... neque ...* “igualitária” –, ou seja, existe para cada terra algo adequado.

O *recte*, que a princípio parece “fundamental”, é relacionado logo a seguir com o comparativo *rectius* (*De re rust.* 1,23,2), assim como também o atributo que caracteriza a terra é, por sua vez, expresso por um comparativo (*tenuiore*, *ibid.*), um adjetivo que designa uma qualidade mais positiva do que o anterior, *macer* (*ibid.*). “Magreza”, como qualidade da terra, é uma falha; *tenuis* designa em contrapartida fineza e delicadeza. Tampouco a expressão *non multo ... suco* possui um caráter absoluto. As formas do comparativo e o modo de pensar relativo agem como reafirmação de que, aqui, não se trata de algo absolutamente correto. Se antes o ato de encontrar o melhor possível, sempre correspondente com o respectivo lugar e as respectivas circunstâncias, e portanto relativo, foi formulado como objetivo, agora aparece uma idéia de relatividade explícita com um modelo de uma escala gradual e potencialmente aberta para escalar ascendentemente. A lógica não é aquela do errado e do certo, do apropriado ou inadequado absoluto; mas a de que no âmbito da “coisa certa” existem possibilidades de melhoria, graduação e relatividade. Dentro do enquadramento espacial e institucional do *fundus*, serão possíveis adaptações variadas, sempre relacionadas com a situação e dependentes do material.

O texto de Xenofonte é o seguinte:

(1) Πρῶτον μὲν τοίνυν, ἔφη, ὦ Σώκρατες, τοῦτο ἐπιδειῖξαι βούλομαι σοι, ὡς οὐ χαλεπὸν ἔστιν ὃ λέγουσι ποικιλώτατον τῆς γεωργίας εἶναι οἱ λόγῳ μὲν ἀκριβέστατα αὐτὴν διεξιόντες, ἥκιστα δὲ ἐργαζόμενοι. (2) φασὶ γὰρ τὸν μέλλοντα ὀρθῶς γεωργήσειν τὴν φύσιν χρῆναι πρῶτον τῆς γῆς εἰδέναι. Ὄρθῶς γε, ἔφην ἐγώ, ταῦτα λέγοντες. ὃ γὰρ μὴ εἰδῶς, ὃ τι δύναται ἢ γῆ φέρειν, οὐδ' ὃ τι σπείρειν οἴμαι οὐδ' ὃ τι φυτεύειν δεῖ εἰδείη ἄν. (3) Οὐκοῦν, ἔφη ὁ Ἰσχύμαχος, καὶ ἀλλοτρίας γῆς τοῦτο ἔστι γινῶναι, ὃ τι τε δύναται φέρειν καὶ ὃ τι μὴ δύναται, ὀρῶντα τοὺς καρπούς καὶ τὰ δένδρα. ἐπειδὰν μέντοι γινῶ τις, οὐκέτι συμφέρει θεομαχεῖν. οὐ γὰρ ἂν ὅτου δέοιτο αὐτός, τοῦτο σπείρων καὶ φυτεύων μᾶλλον ἂν ἔχοι τὰ ἐπιτήδεια ἢ ὃ τι ἢ γῆ ἤδοιτο φύουσα καὶ τρέφουσα. (4) ἂν δ' ἄρα δι' ἀργίαν τῶν ἐχόντων αὐτὴ μὴ ἔχη τὴν ἑαυτῆς δύναμιν ἐπιδεικνύναι, ἔστι καὶ παρὰ γείτονος τόπου πολλάκις ἀληθέστερα

περὶ αὐτῆς γυνῶναι ἢ παρὰ γείτονος ἀνθρώπου πυθέσθαι. (X. *Oec.* 16; ed. MARCHANT, 1921)

(1) “Pois bem, Sócrates! disse. Quero demonstrar-te que não é difícil aquilo que dizem ser o aspecto mais complicado da agricultura os que, em seus discursos, sobre ela discorrem de maneira pormenorizada, mas não têm a mínima prática sobre o assunto. (2) Afirmam eles que, para praticar a agricultura, deve-se, em primeiro lugar, conhecer a natureza do terreno.”

“É correto, disse eu, o que dizem. Quem não soubesse o que a terra pode produzir, não saberia, julgo eu, nem o que deve semear, nem o que plantar.”

(3) “Pois bem! disse Iscômaco. Mesmo sobre um terreno alheio é possível reconhecer o que ele pode produzir e o que não pode, olhando para as colheitas e as árvores. Uma vez sabido isso, não vale a pena lutar contra os deuses. Não é semeando ou plantando aquilo de que ele próprio carece que alguém teria o necessário para viver, mas aquilo que a terra gosta de fazer crescer ou nutrir. (4) Se, por acaso, por causa da preguiça de seus donos, não pode mostrar do que é capaz, pode-se obter informações mais verdadeiras sobre ela observando o terreno vizinho do que falando com o agricultor vizinho. ... ” (Tradução de PRADO, 1999.)

No texto do Xenofonte, Iscômaco descreve inicialmente, perante Sócrates, o problema da agricultura como um problema de conhecimento. Mas como obter o conhecimento necessário? Iscômaco inicia sua fala com uma clara crítica à pedanteria dos livros didáticos, a qual, na ótica dele, complica as coisas desnecessariamente. Aquilo que na área da agricultura – em especial quando ela é objeto de discussões teóricas – em geral se considera o mais complicado, nomeadamente informar-se, em primeiro lugar, sobre a natureza da terra de uma propriedade, é, na verdade, algo completamente simples (FRAZIER, 1997), porque a φύσις da γῆ (*Oec.* 16,2) é única e uniforme. Φύσις é, no mesmo parágrafo do texto, um termo em destaque (VERNANT, 1988, p. 280-283), cujo análogo não encontramos em Varrão. Há também o termo *terra* no texto citado de Varrão, porém, lá, ele não ocupa uma posição tão proeminente como γῆ em Xenofonte (Varrão começa, como vimos, com os termos de classificação mais abstratos *fundus, fructus, res e loca*). Com toda a polêmica envolvendo os teóricos da agricultura e os autores de livros didáticos, em § 1-2 Iscômaco e Sócrates, pelo visto, concordam entre si (e um com o outro) a respeito da posição central da φύσις da γῆ. A questão é apenas como esta “natureza” se deixa apurar. Iscômaco compartilha a opinião de que aqueles que, aqui, entram em detalhes e insistem

que as coisas sejam complexas, complicam-nas desnecessariamente. Naturalmente ele não se refere aos autores de livros didáticos do ponto de vista de um trabalhador árduo praticante, mas sim de um teórico-generalista, de visão abrangente. Ele reivindica um conhecimento sobre as propriedades da terra que seja determinado como absoluto, que não seja sujeito a nenhuma graduação ou diferenciação e que seja fácil de se obter. Assim sendo, está ausente também por completo a idéia de uma subdivisão do espaço da propriedade, e está ausente um termo correspondente. Nenhuma palavra indica que, em lugares diferentes, crescem coisas diferentes; a adaptação necessária à “terra” é pensada como total e absoluta. A terra (ἡ γῆ) pode (δύναται) produzir, devido à sua natureza e à sua uniformidade, somente o crescimento de algo específico (ὅ τι no singular; *Oec.* 16,2). Iscômaco e Sócrates entendem-na como uma instância natural de modo nenhum culturalmente influenciável, e pressupõem-na. Por intermédio de δεῖ (*Oec.* 16,2), que não deixa margem para variação de idéias, essa determinação absoluta é explicitamente formulada. Duas instâncias estão em comparação: a terra, que apenas pode fazer brotar algo específico, e o agricultor, que tem de semear ou plantar isso mesmo. Não existem compromissos ou estados como “melhor” – “pior” ou a idéia do relativamente favorável, e assim também não há a de uma melhoria relativa.

Nos parágrafos 3 e 4, mantém-se a dicotomia aguda entre “poder produzir” e “não poder produzir”. O conceito de “propriedade” não desempenha nenhum papel explícito. O termo usado continua a ser simplesmente γῆ. E também quando essa terra for desconhecida para o proprietário novo (ἀλλοτρίας γῆς), segundo Iscômaco poder-se-ia chegar rapidamente ao conhecimento voltando-se o olhar para as “frutas e árvores”. Com a referência aos deuses, contra os quais não faz sentido nenhum lutar (θεομαχεῖν), continua-se com o modo de falar em princípio radical, assim como com a formulação apodítica de que não se pode contar com aquilo que nós próprios desejamos, mas somente com o que a terra nos “quer” dar (ἧδοιτο φύουσα καὶ τρέφουσα). Seria possível obter um conhecimento desse gênero dando uma olhada no terreno da vizinhança, um método muito melhor até do que fazer perguntas ao vizinho pessoalmente (παρὰ γείτονος ἀνθρώπου), caso os donos anteriores da própria terra tenham ficado inativos. Somente no final da passagem aparece τόπος, um termo abstrato, depois de, até então, se ter tratado sempre da “terra”. O terreno vizinho é, pela qualificação com γείτων, caracterizado numa analogia que o aproxima do vizinho humano, o qual poderia ser superado como um informante. Γῆ, de maneira diferente de *loca* em Varrão, define uma unidade singular, não divisível. O τόπος volta a ser uma entidade que equivale a um indivíduo, como o seu dono, e, por fim, também nele não é a extensão espacial que é interessante, mas o fato de que, como “indivíduo”, é necessário interrogá-

lo, e assim, eventualmente, se podem receber melhores informações do que do seu dono humano. A matéria e o conceito geral abstrato acabam, por fim, por coincidir nos textos de Xenofonte; de qualquer forma, a matéria não tem o seu lugar dentro de um quadro abstrato, nitidamente diferenciado dela.

2. Sistematização

Agora gostaria de tentar designar, de maneira mais incisiva, os modelos de pensamento operativos respectivos a cada autor. Para o Iscômaco de Xenofonte, a idéia de uma gradual aproximação em relação àquilo que teria de ser feito não tem importância nenhuma. A sua declaração inicialmente depreciativa sobre os manuais – a qual por sinal contém vários superlativos – permite a imaginarmos como uma fala de um experiente trabalhador do campo, que despreza os intelectuais, e que, ao contrário deles, defende a opinião de que na realidade tudo é tão simples, se olharmos bem e submetermo-nos às circunstâncias. Mas Iscômaco ocupa uma estranha posição dupla. Por um lado, ele zomba dos autores de manuais, que não trabalham. Por outro lado, no entanto, a facilidade expressa por ele, que omite todos os pormenores agrários, parece igualmente fora da prática – e essa contradição parece ser bem planejada. A afirmação, que fica no fim, é de certo modo apenas um “Tu consegues!” encorajador, mas ao mesmo tempo bastante vazio, que iguala o conhecimento sobre fatos agrícolas à capacidade real de explorar a agricultura. Nesse ponto, o economista-modelo Iscômaco (pela sua parte, como quem diz, um superlativo personificado) volta à idéia de um aprender gradual verdadeiramente desdenhoso; esta, de qualquer forma, não importa explicitamente. O desprezo ostensivo para com o conhecimento de livros didáticos serve apenas para a revalorização da suposta capacidade de entender as coisas imediatamente. O modo de pensar em extremos que Iscômaco representa aproxima-se certamente, de forma estrutural e *mutatis mutandis*, daquele que descrevi no caso de Políbio: o objeto do conhecimento da propriedade da terra aparece sempre como algo absoluto e que não se pode graduar, e o mesmo é válido também em relação ao conhecimento em si, no sentido de um “tudo ou nada”. Esse absoluto junta-se com a percepção de que a terra é uma entidade natural única, quase personificada. A essa φύσις monolítica, por assim dizer, corresponde o ideal de uma cognição única e total: o objeto dela é só a “coisa apropriada” e o “Único-Possível”, e, no caso de isso falhar, existe a ameaça de falha e insucesso totais. A propósito, essa visão de haver o Único-Certo corresponde ao modo como, no *Econômico*, a agricultura é programaticamente elevada a um lugar para exercer a virtude. A ἀρετή, que aí se demonstra de forma exemplar (*Econ.* 15,4), é tão absoluta quanto o objeto no qual deve provar-se. Por várias vezes, o Iscômaco de

Xenofonte revela essa tendência de embutir as coisas num cosmo teórico fechado, cujos extremos e *optima* são invariáveis.

Em Varrão, em contrapartida, não existe um termo abrangente como φύσις, como em Xenofonte, mas o ponto de partida é formado, sim, por um quadro de conceitos de ordem abrangentes, com tendência a serem já práticos, com um caráter em parte local e em parte econômico e orientado para o resultado (como *fundus* e *fructus*). São instâncias que abrem como, por assim dizer, sistemas de ordem médios, um espaço dentro do qual se encontra imediatamente o material. Nem os sistemas de ordem são universais, nem será construído um vis-à-vis personalizado que seria absoluto nas suas reivindicações e irreduzível na sua motivação. Coisas objetivas, e também biológicas, serão tema só neste enquadramento espacial. As instâncias individuais manifestas, com as quais o agricultor se confronta concretamente, têm o seu lugar já dentro deste quadro geral, e entre elas existem relacionamentos heterogêneos e relações comparativas. O sistema de ordem espacial é em si mesmo polimórfico, e para o observador existem entidades diferentes neste espaço, pelo qual, por óbvio, surge a questão da relação de um para o outro. Dentro do *fundus*, há um número maior de perspectivas de comparação e opções relativas de melhorias possíveis. Uma interessante categoria linguística nesse contexto é o comparativo, que, em Varrão, encontra-se com *rectius* e *in tenuiore terra* (*De re rust.* 1,23,2). Estas formas não expressam comparações no sentido estrito do termo, mas sim um grau de melhoria, e podem ser interpretadas no sentido de “bastante”. No entanto, é decisivo o fato de que, fazendo uso disso, evita-se o modo de afirmação absoluta e dá-se preferência a conceitos relacionais. Estruturalmente, existe um quadro semelhante àquele que observei em Lívio, que até usava o superlativo da mesma forma, sempre no caso de definir algo historicamente localizado, ou seja relativo, e portanto não como algo atemporal-absoluto (também no caso de Varrão, *maxime expediat*, em *De re rust.* 1,23,1, não é válido em absoluto, mas sim no âmbito das propriedades do *fundus*).

Algo parecido pode ser visto em Varrão e em Xenofonte também alhures, por exemplo, nas passagens em que se trata da disposição preferível de uma eira:

(1) (LICINIUS:) *Aream esse oportet in agro sublimiori loco, quam perflare possit uentus: hanc esse modicam pro magnitudine segetis, potissimum rutundam et mediam paulo extumidam, ut, si pluerit, non consistat aqua et quam breuissimo itinere extra aream defluere possit: omne porro breuissimum in rutundo e medio ad extremum: solida terra pauita, maxime si est argilla, ne, aestu peminosa <si sit>, in rimis eius grana oblitescant et recipiant aquam et ostia aperiant muribus ac formicis. itaque*

amurca solent perfundere: ea enim herbarum [de amurca] et formicarum et talparum uenenum. (Var. R. 1,51,1; ed. GOETZ, 1912)

(1) (LICÍNIO): É preciso que a eira se localize num lugar mais elevado do campo; que nela o vento possa soprar; que ela seja proporcional ao tamanho da colheita, de preferência redonda e um pouco elevada no centro, para que, se chover, a água não fique parada e possa sair da eira pelo caminho mais curto *possível*; todo caminho para frente é menor numa superfície redonda do centro para as bordas. Que se faça com terra sólida pisada, especialmente se é argilosa, para que, se rachar no verão, os grãos não se ocultem em suas fendas, recebam água e abram passagem aos ratos e formigas. E assim, costuma-se regá-la com a amurca, pois ela é veneno para as ervas, formigas e toupeiras. (Tradução de TREVIZAM, 2012, com acréscimo indicado em itálico)

(3) Ὅρᾳς, ἔφη, ὦ Σώκρατες, ὡς ἀλίσκει ἐπ’ αὐτοφώρῳ καὶ περὶ θερισμοῦ εἰδῶς ἅπερ ἐγώ; Κινδυνεύω, ἔφην ἐγώ, καὶ βούλομαι γε σκέψασθαι εἰ καὶ ἀλοᾶν ἐπίσταμαι. Οὐκοῦν, ἔφη, τοῦτο μὲν οἶσθα, ὅτι ὑποζυγίῳ ἀλωῶσι τὸν σῖτον. (4) Τί δ’ οὐκ, ἔφην ἐγώ, οἶδα; καὶ ὑποζύγια γε καλούμενα πάντα ὁμοίως, βοῦς, ἡμιόνους, ἵππους. Οὐκοῦν, ἔφη, ταῦτα μὲν ἡγῆ τοσοῦτον μόνον εἰδέναι, πατεῖν τὸν σῖτον ἐλαυνόμενα; Τί γὰρ ἂν ἄλλο, ἔφην ἐγώ, ὑποζύγια εἰδείη; (5) Ὅπως δὲ τὸ δεόμενον κόψουσι καὶ ὁμαλιεῖται ὁ ἀλοατός, τίμη τοῦτο.., ὦ Σώκρατες; ἔφη. Δῆλον ὅτι, ἔφην ἐγώ, τοῖς ἐπαλώσταις. στρέφοντες γὰρ καὶ ὑπὸ τοὺς πόδας ὑποβάλλοντες τὰ ἄτριπτα ἀεὶ δῆλον ὅτι μάλιστα ὁμαλίζοιεν ἂν τὸν δῖνον καὶ τάχιστα ἀνύτοιεν. (X. Oec. 18, 3-5 (ed. MARCHANT, 1921)

(3) “Vês, Sócrates, disse, como estás sendo apanhado em flagrante? Também sobre a colheita sabes o que eu sei!”

“Pode bem ser, disse. Quero... examinar se também sei pisar o trigo...”

“Bem! disse. Sabes que pisam o trigo com animais de carga?”

(4) “Como não saberia! disse. Bois, mulas, cavalos, a todos chamamos animais de carga ...”

“Então, disse, achas que o que eles sabem só dá para fazê-los pisar o trigo quando tocados por alguém?”

“Que mais, disse eu, saberiam animais de carga?”

(5) “Como então esmagarão o que devem? Como o trigo a ser pisado será espalhado por igual? A quem cabe essa tarefa, Sócrates?”

“Claro que aos pisadores! disse eu. Circulando e jogando sob os cascos o trigo ainda não pisado, é claro que deixarão *no máximo* por igual a eira e acabarão *mais* rapidamente a tarefa.” (Tradução de PRADO, 1999, com acréscimo e alteração indicados em itálico)

Em Varrão, o procedimento na instalação da eira é mais uma vez caracterizado pelo esforço de se conseguir relativamente o melhor do que deveria ser. Assim, tem-se a impressão de que ele pretende quase sempre reforçar a relatividade do dito, começando pelo comparativo *in agro sublimiori loco* e com a formulação *potissimum rutundam* (“de preferência redonda”), que – embora formalmente superlativa – apenas aponta de novo que, se não se houver possibilidade, há de se permanecer abaixo do *optimum*.

Em Xenofonte, sequer se fala de uma adequação relativa com respeito à escolha do lugar para a eira, tampouco da instalação geral. Pelo contrário, por advérbios em sua forma superlativa, é expressa de novo uma idéia de otimização absoluta da malhada, feita com a ajuda de animais (*Oec.* 18,5: *μάλιστα, τάχιστα* (“no máximo”; “mais rapidamente”). De novo, não se trata de melhoria relativa e de um resultado máximo sob as circunstâncias dadas; assim não se encontra *ὡς τάχιστα* (em Varrão, *De re rust.* 1,51,1, encontramos, mesmo sendo num contexto diferente, *quam brevissimo itinere*, “pelo caminho mais curto possível”). Também eventuais adversidades práticas que exigem medidas especiais – e detalhes como a possível perda através de rachaduras no solo em Varrão – são irrelevantes.

Leah Kronenberg (2009) defende a tese de que a obra de Varrão, assim como aquela de Xenofonte, não deve ser entendida ao pé da letra, mas que, antes, as duas expõem de maneira irônico-paródica, certos *deficites* da parte dos interlocutores. Iscômaco não é, obviamente, alguém para se levar a sério como agricultor e é, como interlocutor, uma contrafigura de Sócrates, desenhada parodicamente. Mas também no diálogo de Varrão, ambos os protagonistas, Estolão como tradicionalista e Escrofa como inovador, seriam desmascarados por fim como pedantes, sem conhecimento da prática⁸, cujas alegadas diferenças escolares se desmoronariam efetivamente na exposição⁹. Se esse for o caso, é interessante notar como a ironia realiza-se de modo tão diferente nos dois textos, e como destacam-se as diferenças nos padrões de pensamento. Como qualquer boa caricatura, essa paródia somente evidenciaria de forma mais clara a natureza

⁸ KRONENBERG, 2009, p. 76. Mais discussões dos elementos satíricos e humorísticos do *De re rustica* em DIEDERICH, 2013; NELSESTUEN, 2015, p. ex. 19-27; veja também DESCHAMPS, 1999, entre outras coisas sobre a tradição da *Menippea* na obra, já tematizada por HEISTERHAGEN, 1952, e brevemente também por WEDECK, 1929, p. 12-15. Sobre os aspectos lúdicos em geral, veja DIEDERICH, 2007, sobretudo p. 172-209.

⁹ KRONENBERG, 2009, p. 81-85. Para uma nova, e mais radical, concepção teórica da relação “contígua” entre didática e agricultura, e também dos aspectos irônicos do *De re rustica*, veja HAß, 2018.

específica daquilo que é ridicularizado. O meu modelo, de forma resumida, seria então assim: em Lívio e Varrão (os autores romanos em questão), encontra-se um pensar relativo, não absoluto, que se pode manifestar no uso do comparativo e também em outras formas similares. O comparativo e a ideia de uma melhoria relativa e contínua têm efeito como instâncias do não extremismo e proporcionam uma subida em graus. No quadro dado do *fundus* de Varrão, não é reivindicado que um melhor absoluto e insuperável seria sondado ou que se trata sobretudo de designar um superlativo absoluto. A homologia estrutural que existe entre Políbio e o Iscômaco de Xenofonte consiste no esforço de estabelecer sistemas de pensamento fechados. Existe simplesmente uma única entidade certa: em Iscômaco, é a Φύσις inelutável. Possivelmente em Xenofonte se demonstra, na verdade, por meio da apresentação paródica, uma tendência fundamental do pensamento teórico grego, nomeadamente a de descrever a área de um objeto sempre com o olhar para o que é extremo e máximo, e de, desta maneira, criar um sistema fechado. A forma gramatical de expressar o Máximo seria exatamente o superlativo. Uma expressão disso seria também o pensamento agonal, orientado à vitória, como forma de uma ética de *performance* absoluta¹⁰, enquanto, nos textos romanos, o olhar sobre o “melhor relativo” deixa margem de manobra maior à ética do trabalho. A tese de ironia de Kronenberg poderia ser estendida ao fenômeno de que as tendências típicas do discurso teórico dos gregos e dos romanos e as peculiaridades respectivas dos estilos argumentativos são, por seu lado, objetos de um exagero irônico. No caso de Iscômaco, a representação de um pensar teórico extremo se vê, em qualquer caso, de maneira clara.

18

Mais uma vez: o objetivo aqui não foi fazer afirmações sobre “os gregos” e “os romanos” como pessoas, mas sim experimentar uma hipótese-modelo que *poderia* ser relevante para a comparação cultural – talvez até com uma certa atemporalidade. Os textos foram lidos como possíveis pontos de condensação de figuras de pensamento que *poderiam* ser características de uma tipologia mais geral. O objetivo foi dar a eles uma oportunidade máxima para gerar hipóteses-modelo. Nesse sentido, o que foi aqui discutido deve ser entendido como um exercício com elementos especulativos, como um estudo de caso comparativo na busca de estruturas de pensamento e de argumentação elementares e de fórmulas básicas da gramática cultural. Em todos os casos, não parece ser exagerado afirmar que um texto como o *Econômico* e um personagem como Iscômaco, na literatura romana, não seriam imagináveis nem mesmo como uma paródia.

¹⁰ Sobre as formas e os problemas da competição aristocrática no *Econômico*, veja JOHNSTONE, 1994; sobre o conceito da eficácia, veja FÖLLINGER; STOLL, 2018.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. La longue durée. **Annales. Histoire et Sciences Sociales**, Paris, v. 13, n. 4, p. 725-743, out./dez. 1958.

DANZIG, Gabriel. Why Socrates was not a Farmer: Xenophon's *Oeconomicus* as a philosophical dialogue. **Greece and Rome**, Cambridge, v. 50, n. 1, p. 57-76, abr. 2003.

DELEBECQUE, Édouard. Sur la date et l'objet de l'“Économique”. **Revue des Études Grecques**, Paris, v. 64, n. 299/301, p. 21-58, jan./jun. 1951.

DESCHAMPS, Luciana. De genere operis M. Terenti Varronis Reatini quod Res rusticae inscribitur. In: BLÄNSDORF, Jürgen (org.). **Loquela vivida: Donum natalicium Nicolao Sallmann sexagesimum quintum agenti a fautoribus linguae Latinae vivae oblatum**. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1999. p. 21-28.

DIEDERICH, Silke. **Römische Agrarhandbücher zwischen Fachwissenschaft, Literatur und Ideologie**. Berlin / New York: De Gruyter, 2007.

DIEDERICH, Silke. Humor, Witz und Ironie in Varros Dialog *De re rustica*. In: FÖLLINGER, Sabine; MÜLLER, Gernot Michael (org.), **Der Dialog in der Antike**. Formen und Funktionen einer literarischen Gattung zwischen Philosophie, Wissensvermittlung und dramatischer Inszenierung. Berlin / Boston: De Gruyter, 2013. p. 275-294.

DOODY, Aude. The Authority of Writing in Varro's *De re rustica*. In: KÖNIG, Jason; WOOLF, Greg (org.), **Authority and Expertise in Ancient Scientific Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 182-202.

DORION, Louis-André. Socrate *oikonomikos*. In: NARCY, Michel; TORDESILLAS, Alonso (org.). **Xénophon et Socrate**. Actes du Colloque d'Aix-en-Provence (6-9 novembre 2003). Paris: J. Vrin, 2008. p. 253-281.

FLACH, Dieter (ed.). **Marcus Terentius Varro, Gespräche über die Landwirtschaft**, Buch 1, herausgegeben, übersetzt und erläutert von Dieter Flach. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1996.

FLAIG, Egon. Politisierte Lebensführung und ästhetische Kultur. Eine semiotische Untersuchung am römischen Adel. **Historische Anthropologie**, Köln / Weimar / Wien, v. 1, p. 193-217, 1993.

FÖLLINGER, Sabine. Sokrates als Ökonom? Eine Analyse der didaktischen Gestaltung von Xenophons 'Oikonomikos'. **Würzburger Jahrbücher für die Altertumswissenschaft**, Würzburg, v. 30, p. 5-23, 2006.

FÖLLINGER, Sabine; STOLL, Oliver. Die wirtschaftliche Effizienz von Ordnung und personalen Beziehungen. Ein neuer Blick auf Xenophons *Oikonomikos*. In: RUFFING, Kai; DROß-KRÜPE, Kerstin (org.), **Emas quod necesse est, non quod opus est**. Beiträge zur Wirtschafts-, Sozial-, Rezeptions- und Wissenschaftsgeschichte der Antike. Festschrift für Hans-Joachim Drexhage zum 70. Geburtstag. Wiesbaden: Harrassowitz, 2018. p. 143-158.

FRAZIER, Françoise. Quelques remarques autour de la «facilité de l'art agricole» dans l'*Économique* de Xénophon (XV-XX). **Revue des Études Grecques**, Paris, v. 110, n. 1, p. 218-230, jan./jun. 1997.

GOETZ, Georg (ed.). **M. Terenti Varronis rerum rusticarum libri tres**, post H. Keil iterum edidit Georgius Goetz. Leipzig: Teubner, 1912.

GRUEN, Erich S. **Studies in Greek culture and Roman policy**. Leiden: Brill, 1990.

HABß, Christian D. 'Geerdetes Denken' (Teil I). (Agri)Kultur als Formverfahren und Episteme bei Varro, *De re rustica*. In: Erdbeer, Robert Matthias; Kläger, Florian; Stierstorfer, Klaus (org.), **Literarische Form**. Theorien – Dynamiken – Kulturen. Beiträge zur literarischen Modellforschung. Heidelberg: Winter, 2018. p. 305-346.

HEINZE, Richard. **Vom Geist des Römertums**, ed. Erich Burck. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 3. ed., 1960.

HEISTERHAGEN, Reinhard. **Die literarische Form der Rerum rusticarum libri Varros**. Tese de Doutorado – Philosophische Fakultät der Philipps-Universität zu Marburg, Marburg, 1952.

HOBDEN, Fiona. Xenophon's *Oeconomicus*. In: FLOWER, Michael A. (org.), **The Cambridge Companion to Xenophon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 152-173.

HÖLKESKAMP, Karl-J. **Reconstructing the Roman Republic**. An Ancient Political Culture and Modern Research. Princeton: Princeton University Press, 2010.

JOHNSTONE, Steven. Virtuous Toil, Vicious Work: Xenophon on Aristocratic Style. **Classical Philology**, Chicago, v. 89, n. 3, p. 219-240, jul. 1994.

KRONENBERG, Leah. **Allegories of Farming from Greece and Rome**. Philosophical Satire in Xenophon, Varro, and Virgil. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

KURY, Mário da Gama (trad.). **Políbios. História**. Seleção, tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MARCHANT, Edgar Cardew (ed.). **Xenophontis opera omnia**, recognovit brevique adnotatione critica instruxit E.C. Marchant, tomus II, editio altera. Oxford: Oxford University Press, 1921.

NATALI, Carlo. Socrate dans l'*Économique* de Xénophon. In: ROMEYER DHERBEY, Gilbert; GOURINAT, Jean-Baptiste (org.), **Socrate et les Socratiques**. Paris: J. Vrin, 2001. p. 263-288.

NELSESTUEN, Grant A. Polishing Scrofa's agronomical *eloquentia*: representation and revision in Varro's *De re rustica*. **Phoenix**, Toronto, v. 65, n. 3-4, p. 315-351, outono/inverno 2011.

NELSESTUEN, Grant A. **Varro the Agronomist**. Columbus: The Ohio State University Press, 2015.

PLÁCIDO, Domingo. L'historicité du personnage de Socrate dans l'*Économique* de Xénophon. In: NARCY, Michel; TORDESILLAS, Alonso (org.). **Xénophon et Socrate**. Actes du Colloque d'Aix-en-Provence (6-9 novembre 2003). Paris: J. Vrin, 2008. p. 235-251.

POMEROY, Sarah B. **Xenophon, Oeconomicus**. A Social and Historical Commentary. Oxford: Clarendon Press, 1994.

PRADO, Anna Lia Amaral de Almeida (trad.). **Xenofonte, Econômico**. Tradução do grego e introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUMPF, Lorenz. Scipio und Hannibal vor Zama. Beobachtungen zur Struktur historischer Urteile und Vergleiche bei Livius und Polybios. **Hermes**, Stuttgart, v. 134, p. 159-180, 2006.

SKYDSGAARD, Jens Erik. **Varro the Scholar**. Studies in the First Book of Varro's De re rustica. København: Einar Munksgaard, 1968.

STRAUSS, Leo. **Xenophon's Socratic Discourse**. An Interpretation of the *Oeconomicus*, Ithaca / London: Cornell University Press, 1970.

TREVIZAM, Matheus (trad.). **Varrão, Das coisas do campo**. Tradução, introdução e notas. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mythe et pensée chez les Grecs**. Études de psychologie historique, nouvelle édition revue et augmentée. Paris: Éditions La Découverte, 1988.

WEDECK, Harry E. **Humour in Varro and Other Essays**. Oxford: Basil Blackwell, 1929.